

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

12/04/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Sindicalistas preparam hoje mobilização para greve geral no próximo dia 28

Sindicalistas da Baixada Santista, Litoral Sul e Vale do Ribeira (CSR) promovem hoje, em Santos, a terceira plenária com o objetivo de

preparar a mobilização na Baixada Santista para a greve geral do próximo dia 28..

O encontro será na sede do Sindicato dos

Petroleiros do Litoral Paulista (Sindipetro-LP), na Avenida Conselheiro Nébias, 248. O evento terá as presenças de representantes de cen-

trais sindicais (CUT, Força Sindical, UGT, CTB, Intersindical, Nova Central e CGTB), além de integrantes de sindicatos da região.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 12/04/2017

Fim do imposto sindical no País deve ser anunciado hoje

Com intensa movimentação de sindicalistas das centrais sindicais e muita expectativa entre trabalhadores de todo País, o relator da reforma trabalhista, Rogério Marinho (PSDB-RN), vai anunciar hoje o relatório final sobre sua proposta da reforma trabalhista. No texto, Marinho altera mais de cem artigos do regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). As novidades serão: o fim do imposto sindical e mudanças em cem artigos da CLT, além da criação de duas modalidades de contratação: a de trabalho intermitente, por jornada ou hora de serviço, e o chamado teletrabalho, que regulamenta o trabalho de casa. Fontes do Palácio do Planalto, desde a semana passada, vêm anunciando que o governo deve ficar neutro na discussão sobre o fim do imposto sindical, que deve gerar inconformismo nas principais centrais sindicais. O julgamento no plenário da Câmara Federal deverá ocorrer já no próximo dia 19. As emendas que constam na reforma trabalhista alteram os acordos coletivos das categorias profissionais. A prevalência de acordos e convenções coletivos entre patrões e empregados sobre a legislação foi o principal tema das 842 emendas apresentadas à proposta de reforma trabalhista (PL 6787/16).

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 12/04/2017

Governo quer manter prevalência de acordos

O governo não pretende abrir mão do ponto da reforma trabalhista, encaminhada ao Congresso Nacional, que garante que as negociações firmadas em acordos coletivos entre trabalhadores e empregadores devem ter força de lei. Segundo o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, o objetivo é dar segurança jurídica aos contratos e evitar futuros processos judiciais. Segundo ele, o governo quer preservar ao máximo o texto da reforma trabalhista que foi encaminhado ao Congresso Nacional. "Principalmente aquelas colunas fundamentais que motivaram o governo a apresentar a reforma, depois de um diálogo amplo com movimento sindical dos trabalhadores e com instituições de empregadores, para proporcionar a modernização trabalhista", diz. No Congresso Nacional, a proposta recebeu 844 emendas nos 13 pontos abordados pela reforma e o texto final deve ser apresentado amanhã (12) pelo relator, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN). "A nossa preocupação é de que alguma dessas emendas não desconfigure a proposta original encaminhada pelo governo", diz o ministro.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 12/04/2017

Pontos alterados na Previdência têm de ser compensados, diz Meirelles

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou nesta terça-feira (11) que os pontos na reforma da Previdência que forem alterados terão de ser compensados. "Tudo o que se cede um ponto, tem que se compensar em outro. Esse é o problema", afirmou o ministro após reunião com o presidente Michel Temer e representantes da base aliada do governo para tratar sobre a reforma. Meirelles disse ainda que o impacto da redução de idade mínima de mulheres seria "bastante" e que esse ponto ainda não estava sendo discutido. "Estamos trabalhando para fazer a reforma que tenha condição de assegurar o equilíbrio fiscal, de não aumentar as despesas da Previdência como proporção do PIB. Senão, não conseguimos equilibrar as contas", acrescentou. Mais cedo, o relator da reforma da Previdência, deputado Arthur Maia (PPS-BA), afirmou que não haverá mais idade mínima para as pessoas entrarem nas regras de transição em busca da aposentadoria, que haverá redução do pedágio, ao mesmo tempo em que haverá idade mínima para se aposentar quem optar por esse caminho. Pela proposta do governo, mulheres acima de 45 anos e homens acima de 50 anos entrariam nas regras de transição tendo de pagar um pedágio de 50% sobre o tempo restante de contribuição.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 12/04/2017

Servidores de Cubatão ocupam plenário e impedem votação de projeto

A sessão da Câmara de Cubatão começou com aproximadamente 15 minutos de atraso ontem (11). Bastou o presidente do legislativo, Rodrigo Alemão (PSDB) anunciar o primeiro projeto em pauta na Ordem do Dia – a alteração à Lei Orgânica Municipal que compõe a reforma administrativa proposta pelo prefeito Ademário Oliveira (PSDB) - para que dezenas de servidores públicos entrassem no plenário para impedir a votação. Os manifestantes ocuparam cadeiras dos vereadores. Duas horas depois, a sessão foi cancelada. "É triste tudo isso. Não esperava esse tipo de política. Sou moradora de Cubatão há 58 anos e há 15 sou professora aqui. Estava esperando bom senso do poder público. Ele (o prefeito) está acabando com Cubatão em três meses de governo. Está sendo conivente com o governo anterior", disse a servidora Carmina Pereira Castro e Silva. Ao contrário do último dia 28, quando houve a primeira discussão e aprovação dos projetos e a Polícia Militar agiu para impedir a manifestação dos servidores que bloqueavam a porta da Câmara, os funcionários públicos foram autorizados a acompanhar a sessão de ontem (11).

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 12/04/2017

Servidores de Bertioga rejeitam nova proposta de reajuste de 4,76% do Executivo

Em assembleia realizada no fim da tarde de segunda-feira (10), os servidores públicos de Bertioga rejeitaram a nova proposta de reajuste de salários proposto pelo Executivo: 4,76% de aumento aos vencimentos – e o mesmo percentual aplicado no vale alimentação, atualmente em R\$ 152. A categoria quer aumento de 6% aos salários e R\$ 200 de vale. "Tivemos uma reunião com o pessoal da Administração, em que nos foi apresentada essa proposta, que foi mais uma vez rejeitada pela categoria. Estamos indo pelo diálogo. Não estamos, por enquanto, considerando a possibilidade de greve, em respeito ao funcionalismo e principalmente à população, que não pode ter os serviços básicos prejudicados. Manifestações não estão descartadas", disse Jorge Guimarães, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bertioga (SSPMB).

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 12/04/2017